

SUMÁRIO

SECULT-PB
Arquivista

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, compreensão e interpretação de textos	1
Estruturação do texto e dos parágrafos	4
Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais	5
Significação contextual de palavras e expressões	7
Equivalência e transformação de estruturas	14
Sintaxe: processos de coordenação e subordinação	16
Emprego de tempos e modos verbais. Flexão nominal e verbal	25
Pontuação	29
Estrutura e formação de palavras	33
Funções das classes de palavras	36
Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação	47
Concordância nominal e verbal	50
Regência nominal e verbal	52
Ortografia oficial	54
Acentuação gráfica	59
Questões	61
Gabarito	79

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Princípios, fontes e interpretação	1
Acesso à informação (lei nº 12.527/2011), Tratamento de dados pelo poder público e sanções administrativas na lei geral de proteção de dados – lgpd (lei nº 13.709/2018)	6
Atividade e estrutura administrativa	41
Organização administrativa brasileira; terceiro setor	48
Poderes administrativos: poderes e deveres do administrador público, uso e abuso do poder, vinculação e discricionariedade; poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia	54
Processo administrativo disciplinar	65
Atos administrativos: conceito, atributos, classificação, espécies, extinção	74
Licitações e contratos: lei nº 14.133/2021	96
Serviços públicos: serviços delegados, convênios e consórcios	170
Agências reguladoras: lei nº 13.848/2019	188

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Parcerias público-privadas	203
Agentes públicos: espécies, regime jurídico, direitos, deveres e responsabilidades; teto remuneratório	212
Domínio público: afetação e desafetação, regime jurídico, aquisição e alienação, utilização dos bens públicos pelos particulares	230
Intervenção estatal na propriedade: desapropriação, requisição, servidão administrativa, ocupação, tombamento	234
Intervenção estatal no domínio econômico: repressão ao abuso do poder econômico	239
Controle da administração pública: controle administrativo, controle legislativo, controle externo a cargo do tribunal de contas, controle judiciário	245
A administração em juízo	253
Lei anticorrupção (lei nº 12.846/2013) E lei de responsabilidade das estatais (lei nº 13.303/2016): A introdução normativa de técnicas de compliance na gestão pública brasileira	257
Improbidade administrativa: lei 8.429/92, Com alterações da lei nº 14.230/21	295
Lei de abuso de autoridade: lei nº 13.869/2019	310
Responsabilidade civil do estado: previsão, elementos, excludentes, direito de regresso	316
Decreto estadual 44.504, De 05 de dezembro de 2023 (código de ética e conduta profissional dos servidores e empregados públicos civis do estado da paraíba)	323
Questões	323
Gabarito	329

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Princípio da regressão ou reversão	1
Lógica dedutiva, argumentativa e quantitativa	2
Lógica matemática qualitativa	8
Sequências lógicas envolvendo números, letras e figuras	12
Geometria básica	15
Álgebra básica	22
Sistemas lineares	35
Calendários	39
Numeração	41
Razões especiais	43
Análise combinatória e probabilidade	45
Progressões aritmética e geométrica	52
Conjuntos: as relações de pertinência, inclusão e igualdade; operações entre conjuntos, união, interseção e diferença	56
Comparações	63
Questões	64
Gabarito	72

SUMÁRIO



INFORMÁTICA

Conhecimentos sobre princípios básicos de informática	1
Dispositivos de armazenamento. Periféricos de um computador	2
Ms-windows 11: configurações, conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos ms-office 2021	7
Aplicativos do pacote microsoft office 2021 (word, excel e power point)	15
Configuração de impressoras.....	27
Correio eletrônico (microsoft outlook): uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos.....	28
Navegação na internet, conceitos de url, links, sites, busca e impressão de páginas. Uso dos principais navegadores (internet explorer, mozilla firefox e google chrome) ...	32
Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.)	38
Armazenamento de dados na nuvem (cloudstorage).....	43
Questões	44
Gabarito.....	52

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

História, conceitos e teoria arquivística	1
Definições fundamentais de arquivologia, princípios e abordagens teóricas; políticas públicas e redes de arquivos.....	7
Legislação brasileira relacionada à gestão de arquivos: lei nº 8.159/1991	11
Lgpd, lei geral de proteção de dados (lgpd - lei nº 13.709/2018).....	14
Resoluções do conarq.....	37
Normas de avaliação de autenticidade, proveniência e diplomática arquivística	41
Políticas de acesso à informação e transparência pública	48
Aspectos históricos da cultura da paraíba; produção cultural contemporânea e culturas populares e tradicionais.....	52
Sistema estadual de cultura da paraíba (lei nº 10.325, De 11 de junho de 2014)	58
Programa de concessão de incentivo fiscal ao setor cultural - icms cultural (decreto nº 43.711, De 22 de maio de 2023 e legislações complementares).....	67
Programa de inclusão através da música e das artes (lei nº 11.261, De 29 de dezembro de 2018)	69
Registro dos mestres das artes (lei nº 7.694, De 22 de dezembro de 2004).....	72

SUMÁRIO



Programa nacional de apoio à cultura (lei nº 8.313, De 23 de dezembro de 1991).....	79
Política nacional aldir blanc de fomento à cultura (lei nº 14.399, De 8 de julho de 2022 e legislações complementares).....	88
Marco regulatório do fomento à cultura (lei nº 14.903, De 27 de junho de 2024).....	95
Processos de contratação artística com base na lei de licitações e contratos administrativos (lei nº 14.133, De 1º de abril de 2021).....	110
Equipamentos públicos de cultura do governo do estado da paraíba; descentralização das políticas públicas e as gerências regionais de cultura	183
Questões	189
Gabarito.....	197

SUMÁRIO



Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

A leitura e a interpretação de textos são habilidades fundamentais para a compreensão e a comunicação em qualquer contexto, seja acadêmico, profissional ou cotidiano. Compreender o significado de palavras, expressões, frases e parágrafos exige não apenas um conhecimento linguístico, mas também a capacidade de



Conceito

De início, convém ressaltar que o estudo desse ramo do Direito, denota a distinção entre o Direito Administrativo, bem como entre as normas e princípios que nele se inserem.

No entanto, o Direito Administrativo, como sistema jurídico de normas e princípios, somente veio a surgir com a instituição do Estado de Direito, no momento em que o Poder criador do direito passou também a respeitá-lo. Tal fenômeno teve sua origem com os movimentos constitucionalistas, cujo início se deu no final do século XVIII. Por meio do novo sistema, o Estado passou a ter órgãos específicos para o exercício da Administração Pública e, por isso, foi necessário a desenvoltura do quadro normativo disciplinante das relações internas da Administração, bem como das relações entre esta e os administrados. Assim sendo, pode considerar-se que foi a partir do século XIX que o mundo jurídico abriu os olhos para a existência do Direito Administrativo.

Destaca-se ainda, que o Direito Administrativo foi formado a partir da teoria da separação dos poderes desenvolvida por Montesquieu, L'Esprit des Lois, 1748, e acolhida de forma universal pelos Estados de Direito. Até esse momento, o absolutismo reinante e a junção de todos os poderes governamentais nas mãos do Soberano não permitiam o desenvolvimento de quaisquer teorias que visassem a reconhecer direitos aos súditos, e que se opusessem às ordens do Príncipe. Prevalencia o domínio operante da vontade onipotente do Monarca.

Conceituar com precisão o Direito Administrativo é tarefa difícil, uma vez que o mesmo é marcado por divergências doutrinárias, o que ocorre pelo fato de cada autor evidenciar os critérios que considera essenciais para a construção da definição mais apropriada para o termo jurídico apropriado.

De antemão, ao entrar no fundamento de algumas definições do Direito Administrativo,

Considera-se importante denotar que o Estado desempenha três funções essenciais. São elas: **Legislativa, Administrativa e Jurisdicional**.

Pondera-se que os poderes **Legislativo, Executivo e Judiciário** são independentes, porém, em tese, harmônicos entre si. Os poderes foram criados para desempenhar as funções do Estado. Desta forma, verifica-se o seguinte:

Funções do Estado:

- Legislativa
- Administrativa
- Jurisdicional

Poderes criados para desenvolver as funções do estado:

- Legislativo
- Executivo
- Judiciário

Infere-se que cada poder exerce, de forma fundamental, uma das funções de Estado, é o que denominamos de **FUNÇÃO TÍPICA**.

	PODER LEGISLATIVO	PODER EXECUTIVO	PODER JUDICIÁRIO
Função típica	Legislar	Administrativa	Judiciária
Atribuição	Redigir e organizar o regramento jurídico do Estado	Administração e gestão estatal	Julgar e solucionar conflitos por intermédio da interpretação e aplicação das leis.



Princípio da regressão é uma abordagem que visa encontrar um valor inicial requerido pelo problema com base em um valor final fornecido. Em outras palavras, é um método utilizado para resolver problemas de primeiro grau, ou seja, problemas que podem ser expressos por equações lineares, trabalhando de forma inversa, ou “de trás para frente”.

Esteja atento:

Você precisa saber transformar algumas operações:

Soma ↔ a regressão é feita pela **subtração**.

Subtração ↔ a regressão é feita pela **soma**.

Multiplificação ↔ a regressão é feita pela **divisão**.

Divisão ↔ a regressão é feita pela **multiplificação**

Exemplo:

1. SENAI

O sr. Altair deu muita sorte em um programa de capitalização bancário. Inicialmente, ele apresentava um saldo devedor X no banco, mas resolveu depositar 500 reais, o que cobriu sua dívida e ainda lhe sobrou uma certa quantia A . Essa quantia A , ele resolveu aplicar no programa e ganhou quatro vezes mais do que tinha, ficando então com uma quantia B . Uma segunda vez, o sr. Altair resolveu aplicar no programa, agora a quantia B que possuía, e novamente saiu contente, ganhou três vezes o valor investido. Ao final, ele passou de devedor para credor de um valor de R\$ 3 600,00 no banco. Qual era o saldo inicial X do sr. Altair?

- (A) -R\$ 350,00.
- (B) -R\$ 300,00.
- (C) -R\$ 200,00.
- (D) -R\$ 150,00.
- (E) -R\$ 100,00.

Resolução:

Devemos partir da última aplicação. Sabemos que a última aplicação é $3B$, logo:

$$3B = 3600 \rightarrow B = 3600/3 \rightarrow B = 1200$$

$$\text{A } 1^\circ \text{ aplicação resultou em B e era } 4A: B = 4A \rightarrow 1200 = 4A \rightarrow A = 1200/4 \rightarrow A = 300$$

$$\text{A é o saldo que sobrou do pagamento da dívida X com os 500 reais: } A = 500 - X \rightarrow 300 = 500 - X \rightarrow$$

$$-X = 300 - 500 \rightarrow -X = -200. (-1) \rightarrow X = 200.$$

Como o valor de X representa uma dívida representamos com o sinal negativo: a dívida era de R\$ -200,00.

Resposta: C.



A informática, ou ciência da computação, é a área dedicada ao processamento automático da informação por meio de sistemas computacionais. Seu nome, derivado da fusão das palavras “informação” e “automática”, reflete o objetivo principal: utilizar computadores e algoritmos para tratar, armazenar e transmitir dados de forma eficiente e precisa.

A evolução da informática começou com dispositivos de cálculo simples, como o ábaco, e avançou significativamente ao longo dos séculos. No século 17, Blaise Pascal criou a Pascaline, uma das primeiras calculadoras mecânicas. Já no século 19, Charles Babbage projetou a Máquina Analítica, precursora dos computadores modernos. Ada Lovelace, sua colaboradora, escreveu o primeiro algoritmo destinado a ser executado por uma máquina, tornando-se a primeira programadora da história.

No século 20, a informática passou por transformações revolucionárias. Surgiram os primeiros computadores eletrônicos, como o ENIAC, que usava válvulas para realizar cálculos em grande velocidade. A invenção do transistor e dos circuitos integrados possibilitou a criação de computadores menores e mais rápidos, e, com a chegada dos microprocessadores, os computadores pessoais começaram a se popularizar.

Hoje, a informática permeia praticamente todos os aspectos da vida cotidiana, desde smartphones até sistemas avançados de inteligência artificial. A área segue em constante inovação, impulsionando mudanças significativas em como nos comunicamos, trabalhamos e interagimos com o mundo ao nosso redor.

FUNDAMENTOS DE INFORMÁTICA

– **Computador:** é uma máquina capaz de receber, armazenar, processar e transmitir informações. Os computadores modernos são compostos por hardware (componentes físicos, como processador, memória, disco rígido) e software (programas e sistemas operacionais).

– **Hardware e Software:** hardware refere-se aos componentes físicos do computador, enquanto o software refere-se aos programas e aplicativos que controlam o hardware e permitem a execução de tarefas.

– **Sistema Operacional:** é um software fundamental que controla o funcionamento do computador e fornece uma interface entre o hardware e os programas. Exemplos de sistemas operacionais incluem Windows, macOS, Linux, iOS e Android.

– **Periféricos:** são dispositivos externos conectados ao computador que complementam suas funcionalidades, como teclado, mouse, monitor, impressora, scanner, alto-falantes, entre outros.

– **Armazenamento de Dados:** refere-se aos dispositivos de armazenamento utilizados para guardar informações, como discos rígidos (HDs), unidades de estado sólido (SSDs), pen drives, cartões de memória, entre outros.

– **Redes de Computadores:** são sistemas que permitem a comunicação entre computadores e dispositivos, permitindo o compartilhamento de recursos e informações. Exemplos incluem a Internet, redes locais (LANs) e redes sem fio (Wi-Fi).

Segurança da Informação: Refere-se às medidas e práticas utilizadas para proteger os dados e sistemas de computadores contra acesso não autorizado, roubo, danos e outros tipos de ameaças.

TIPOS DE COMPUTADORES

– **Desktops:** são computadores pessoais projetados para uso em um único local, geralmente composto por uma torre ou gabinete que contém os componentes principais, como processador, memória e disco rígido, conectados a um monitor, teclado e mouse.

– **Laptops (Notebooks):** são computadores portáteis compactos que oferecem as mesmas funcionalidades de um desktop, mas são projetados para facilitar o transporte e o uso em diferentes locais.



A ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ARQUIVOLOGIA

A Arquivologia, enquanto disciplina científica dedicada ao estudo dos arquivos e dos documentos produzidos pelas atividades humanas, tem raízes profundas na história da civilização. Sua trajetória se entrelaça com a própria necessidade de organizar, preservar e recuperar informações ao longo do tempo, sobretudo por instituições estatais, religiosas e administrativas.

Ao longo dos séculos, o conceito de arquivo passou por transformações significativas, culminando no reconhecimento da Arquivologia como ciência autônoma, especialmente a partir do século XIX.

► Arquivos na Antiguidade

Os registros mais antigos de práticas arquivísticas remontam às primeiras civilizações organizadas, como a Suméria, o Egito Antigo, a China e a Mesopotâmia. Esses povos desenvolveram formas rudimentares de registro para finalidades administrativas, fiscais e jurídicas. No caso da Mesopotâmia, por exemplo, as tábuas de argila com escrita cuneiforme encontradas em templos e palácios são um testemunho claro de que já existia uma preocupação com a guarda e o controle de documentos. No Egito, papiros eram utilizados para registrar leis, impostos e decretos reais, armazenados em arquivos ligados aos templos e à administração estatal.

Na Grécia Antiga, havia os chamados “archeia”, espaços destinados à custódia de documentos públicos, administrados por magistrados específicos. Já em Roma, os arquivos atingiram um nível mais avançado de organização. O Tabularium, construído no século I a.C., era o arquivo central do Estado romano e armazenava atos legislativos e documentos administrativos essenciais para a gestão do império.

► Idade Média: o domínio da Igreja e os arquivos eclesiásticos

Com o declínio do Império Romano e a fragmentação da administração pública, a responsabilidade pela preservação documental foi gradualmente assumida pela Igreja. Mosteiros e catedrais tornaram-se os principais centros de produção, cópia e guarda de documentos, em especial os de valor jurídico e patrimonial. A escrita se tornou uma habilidade quase exclusiva dos clérigos, e os arquivos monásticos passaram a reunir tanto textos religiosos quanto registros de propriedades, doações e testamentos.

Durante esse período, a função dos arquivos estava intimamente ligada à defesa de direitos e à manutenção de privilégios da nobreza e da Igreja. Os arquivos estavam quase sempre fechados ao público, acessíveis apenas a poucos membros da instituição responsável.

► Idade Moderna: a centralização e o papel do Estado

Com o fortalecimento dos Estados nacionais na Idade Moderna, os arquivos começaram a ganhar uma nova função: sustentar o poder político. A burocracia estatal cresceu, e com ela a produção documental. Os monarcas perceberam que manter registros organizados e acessíveis era fundamental para governar. Surgiram, então, os arquivos reais, como o Arquivo de Simancas, fundado na Espanha no século XVI, considerado um dos primeiros arquivos públicos nacionais.

A partir daí, os arquivos começaram a se institucionalizar. Passaram a ser organizados por critérios administrativos, com o objetivo de facilitar o acesso à informação pelo poder central. Embora ainda não houvesse uma teoria arquivística estruturada, práticas como a separação por origem e por função já eram adotadas, mesmo que de maneira empírica.